

**AUSTRIA — CASTELLO GOTHICO DE FRANZENSBURGO.**

O CASTELLO de Franzensburgo faz parte da deliciosa residencia de verão dos imperadores de Austria, situada no caminho de Ademburgo, a 12 kilometros da capital, e conhecida sob o nome de palacio de Luxemburgo. Magnificas alamedas communicam esta residencia com o celebrado palacio de Schönbrunn: a sua construcção remonta ao fim do seculo 14.<sup>o</sup>, e ao governo do duque Alberto d'Austria, que ali veiu a fallecer. O novo castello, ou *Casa azul* (*Blauc-Haus*) data apenas de 1600. Tornou-se depois a estancia predilecta de Maria Thereza, de José II e de Francisco I. Na bibliotheca conservam-se seis magnificos quadros de Canaletto. A sala do bilhar é ornada de uma estatua de Meleagro por Beyer. No altar-mór da capella admira-se um quadro de Vandyck, em tudo digno d'este grande mestre. O parque, que cerca o castello, não tem menos de setecentas geiras, e offerece todos os regalos que o principe Puckler-Muskau, que era famoso entendedor, poderia desejar para uma residencia de verão.

Franzensburgo concluiu-se em 1801. Foi construido sob o plano do castello tyroliense, onde Maxi-

milianno I d'Austria muito gostava de viver. A phantasia alterou um pouco a architectura gothica e militar de tão magnifica habitação. As decorações interiores correspondem ao estylo extravagante da construcção exterior. É uma especie de museu, onde se reuniu toda a casta de moveis e demais antiguidades tiradas dos velhos castellos e conventos da Allemanha. Diz-se que alguns dignitarios do imperio contribuíram tambem para o enriquecer, offerecendo áquelle imperador, como um testemunho de affeição e respeito, os seus mais preciosos moveis gothicos. Na sala d'armas conservam-se varios objectos que pertenceram a Carlos V, as armaduras de Maximilianno, muitos trophéos tomados aos turcos, e o traje guerreiro de um imperador do Mexico. Em outras salas, igualmente decoradas com muito luxo, encontram-se preciosos exemplares de porcelana de Saxonia, e de cristaes de Bohemia. Não é das menos curiosas cousas de Franzensburgo, a chamada *Casa das torturas*, ou para melhor dizer, monstruoso museu de todos os instrumentos de supplicio usados na idade media.

## INSTRUÇÃO ELEMENTAR.

## I.

O ESPIRITO humano carece de cultura, para que se faça digno das admiráveis perfeições mechanicas do homem. Só assim é que se póde preparar na terra um estado de paz e união, que nos dê longes das harmonias celestes. Na cultura do espirito, nas revelações do trato, na moralidade de um povo, está toda sua civilisação, portentoso edificio moral, que cresce como phantasma, e atravessa despeitoso o esquecimento dos seculos, para ir projectar sombra gigantesca no meio de futuras gerações. E essa grande consequencia social tem por base a instrucção elementar, em que a suavidade dos costumes, e a moralidade e perfeição das obras de necessidade se comprehendem.

Se a mocidade é a flôr d'uma nação inteira, qual fructo aguardará o que no meio dos furacões e da tempestade a abandona ao proprio e unico resguardo? Por milhares de flôres, que a tormenta lançar por terra a apodrecer entre as aguas encharcadas, póde ser, que nem uma só resista e dê fructo! A mocidade, germen de uma nova geração, sua morte ou sua vida, todos os seus destinos, residem em nós, que a podemos condemnar ou remir. Porque circumstancias fortuitas actuaram para que nós, os presentes, não reflectissemos no espelho da illustração universal senão rosto mal pronunciado e sombrio; nós, que podemos dar rosto de serafim á geração futura, persistiremos em legar-lhe sem melhora esta mesquinha physionomia de avós? Quereremos vingar nos innocentes a falta ou a incuria (se as houve) de nossos paes? Tamaña crueldade não fôra de coração feitura de Deus, e que aspirasse á revelação da sua origem!

A instrucção da mocidade é um grande dever, uma grande responsabilidade, adscripta a nós os homens d'esta epocha. O ensino primario, porta de todos os outros, é o que primeiro fêre a vista, a quem medita remedio aos tão grandes males da ignorancia publica. A este fim conversaremos com o leitor; e se por fim conseguirmos ficar de acôrdo já muito haveremos obtido. Teremos levado ao fundo de mais uma alma a convicção de certas verdades, que circumstancias adversas, imperio dos tempos, e influencia de certos astros, capricham muitas vezes offuscar, ou tornar dubias.

Apreciar cabalmente a legislação patria, no que a este particular toca, só isso nos levaria longe, e desgarrára talvez. Em pouco diremos, se não muito, ao menos tudo o que d'ella convem dizer. A instrucção publica, principalmente a primaria, ainda está por organizar entre nós.

Isto posto, vejamos quaes meios se pódem aventar, que melhor organisem a instrucção elementar. Parece-nos que no estado das cousas portuguezas dous agentes são indispensaveis para a fundar, e dar-lhe o favor e incremento de que carece para que viva e prospere com fructo.

Primeiro agente. — O CORPO LEGISLATIVO.

Segundo agente. — A ASSOCIAÇÃO.

Trataremos agora do primeiro.

## II.

Já é tempo que a todos chegue o reinado da luz. Portugal está atrazadissimo no que propriamente se diz civilisação derivada da illustração. Quantas docuras e bem fallares por ahi vemos, não são mais do

que macaquice do trato de França ou Grã-Bretanha: são phosphoro, que luz e passa breve, deixando de si unicamente o palito tismado e desprestavel. Nem admira que assim seja; porque quando os outros queriam paz, e cultivavam com exito todas as artes d'ella, nós, fascinados pela guerra, não tinhamos, nem queriamos outra profissão de fé, e em conquistas (deshumanas como todas, quando não muitas d'ellas impoliticas) malbaratavamos o sangue e os recursos portuguezes, para de tudo isso não restar hoje senão a fumarada de uma gloria inutil, e a mágoa pungente de termos perdido todas essas possessões, adquiridas á custa de tanta labutação e sacrificio.

Se, como na fraze de *Mignet*, a revolução franceza do seculo passado tendia, e preparou o mundo a uma civilisação mais perfeita; porque não chamaremos a aspiração ao campo das realidades, com propaganda em que se incorporem todas as melhores e mais religiosas vontades? Se até agora, segundo *Chauchard* e *Muntz* « guerras continuas; depois o jugo pezado de Hespanha; a oppressão da inquisição; e nos ultimos tempos excessos de um governo despotico, impediram (em Portugal) o progresso das sciencias e das letras, » essas razões de desculpa passaram. A influencia dos ultimos tempos quasi lhes varreu de todo a memoria. Chegado é o tempo do trabalho e das melhorias uteis.

O corpo legislativo, depositario das liberdades patrias, representa o primeiro papel quando se trata de organizar um ou mais dos differentes ramos da administração do estado; e são de sua primeira attribuição as leis, que pelo exito pratico devem assegurar a maxima diffusão das luzes por todas as classes, no menor espaço de tempo; que é esta uma circumstancia importantissima, a que muito se deve attender, quando as existencias se abreviam cada vez mais, e o estado das nações não comporta largo repouso a ninguém.

Primeiro, levar a instrucção (quando não a illustração) ao centro das maiorias nacionaes; primeiro, fazer homens, que não representem sómente cifras nas estatisticas da população, mas homens que conheçam por si mesmos as excellencias da sociedade civil, e saibam respeitá-las e defendel-as; primeiro, crear o homem, para que possa servir tanto na officina, como na fábrica industrial, como nos cargos da nação. Toda outra casta de organização publica está depois d'esta.

Organisae o individuo e dae á alma humana a sublime linguagem com que se conversam a sós todas as obras da creação, e tereis conseguido muita cousa erradamente julgada impossivel; tereis achado a milagrosa formula de tantas equações, que hoje fatigam a attenção de philosophos e phylantropos.

O individuo é a unidade primaria da nação. Constituí o homem como de direito carece para corresponder ás excellencias de sua natureza; prepara-lhe o espirito com alimento solido e saudavel; educa-lhe e semeae-lhe o coração de moralidade; e tereis d'esta arte constituido não só a unidade, mas todo um povo, uma nação, um imperio, o mundo!

Uma lei boa, philosophica, póde resolver todas estas expectações em boas e auspiciosas realidades, preparando em bem o coração e o espirito de nossos filhos. Mas como, e quaes pontos capitaes deve a lei considerar attentamente?

MULTIPLICAÇÃO DE ESCOLAS.

ESCOLHA DE MESTRES.

BOA ELEIÇÃO DE LIVROS.

OBRIGAÇÃO DE FAZER EDUCAR A INFANCIA.

Cada um d'estes pontos prende immediatamente com a bondade e efficacia de uma lei de instrucção primaria.

(Continúa.)

JOSÉ DE TORRES.

MIGUEL DE CERVANTES SAAVEDRA.

## II.

NASCEU Miguel de Cervantes Saavedra na cidade de Alcalá de Henares, celebre pela insigne universidade que ali floresceu por tanto tempo, e que ainda hoje dura, posto que já decaída, como todas as de Hespanha, da sua antiga celebridade e bom nome litterario. N'aquella cidade, e na sua antiga parochia de Santa Maria-Maior recebeu Miguel de Cervantes as aguas baptismaes.

Deram-lhe seus paes, Rodrigo de Cervantes e D. Leonor de Cortinas, pessoas de esclarecida e honrada linhagem, a educação litteraria que a sua escassa fortuna lhe permittia, e aquelles tempos de pouco divulgada instrucção podiam consentir.

Não tem os biographos do famigerado romancista achado documentos nem tradições com que esclarecer sobejamente os primeiros annos de Cervantes. Quem fossem seus mestres, e que instituto lhe ministrou as primeiras noções litterarias; como e quando se despertou na alma ainda juvenil do auctor de D. Quichote a primeira faísca do genio, e em que producção litteraria se revelou, são pontos que os seus mais escrupulosos e investigadores biographos, Quintana, Pellicer, Mayans, Rios e Navarrete, não puderam até hoje resolver. Sabe-se que nos seus primeiros annos seguiu as lições de D. João Lopez de Hoyos, que por aquelles tempos professava em Madrid as humanidades com grande applauso e reputação. Obra sua publicada, a primeira foi uma elegia á morte de Isabel de Valois, poema que Lopez de Hoyos publicou na relação que escreveu das sollemnes exequias que o *ayuntamiento* de Madrid mandou fazer áquella infortunada princeza.

No tempo em que Cervantes dava a sua entrada no mundo, e tinha de eleger a sua carreira publica só havia em Hespanha, e no resto da Europa, tres profissões que pudessem levar á gloria, ao poderio e á riqueza. A sociedade legal d'aquelles tempos resume-se no soldado, no sacerdote e no letrado. Para chegar aos primeiros postos na milicia, um sangue esclarecido, e as protecções da cõrte eram as principaes recommendações, e quasi os unicos penhores de boa fortuna. Entrando no mosteiro, enredando-se nas distincções e nas argucias dialecticas da *Summa* de S. Thomás, ou exercendo a argumentação nos capitulos macios e nos casos infinitos do Decreto de Graciano, fazendo-se mestre em theologia, ou doutor em decretos, podia aspirar-se a uma grossa prebenda n'alguma cathedral ou collegiada bem pingue de rendimentos, esperar as honras singulares do generalato de uma ordem, ascender a um bispado, ou a uma cadeira de inquisidor; ou, trilhando um caminho mais profano, chegar um dia a ser admittido aos tribunaes elevados do estado, ou a fazer parte da suprema curia do rei.

Bem se deixa vêr que á indole chacoteadora e jovial de Cervantes não iria bem a gravidade austera do claustro, nem a severa erudição ecclesiastica, nem o labirinto forense, que lhe seccaria com a prosa massuda dos romanistas e decretistas as abundantes

fontes da poesia que lhe haviam de burbulhar rapidas na mente logo ao alvorecer dos primeiros annos. N'isto a fortuna do poeta guiava-o pelas sendas communs ao genio da invenção. Fugindo nos seus primeiros annos á vida regrada e systematica das escolas e dos claustros, Cervantes obedecia ao destino moral que prescreve aos grandes genios a anarchia intellectual por norma, a independencia quasi selvagem do talento como condição essencial, e a ausencia de toda a violencia e de toda a lei, como a lei unica das grandes e fecundas imaginações. Similhante á planta delicada, que a primeira viração poderia desarreigar, que o primeiro raio ardente de sol poderia emmurchecer, o talento mediocre requer abrigos e cultura. Similhante ao cedro da montanha, o genio repelle os caminhos da arte humana, e compraz-se arrogante e indomito no meio das tempestades da natureza. As academias e as universidades, os mestres e os livros, a arte solícita e protectora, implora-os a intelligencia commum. O genio pede que o deixem livre e desassombrado. Eclipsa-se momentaneamente para apparecer depois radioso e deslumbrante, como se fõra um raio de sol, que doura a cumeada do horisonte em aurora de agosto, uma scintilha de luz inesperada e ardente desde o seu primeiro despontar. A intelligencia vulgar apalpa-se em semente; vê-se germinar; presencia-se-lhe a florescencia; colhe-se em flagrante fructificação. Todas as suas phases se explicam, se filiam; todas as suas glorias se prevêem. O genio sae das normas communs das leis universaes. E nas batalhas que aquelle genio se educou para produzir obras que duram como os seculos; é na dissipação e na ociosidade apparente que incubou e se fez genio a vivacidade que parecia fugitiva, n'aquelle bardo fadado a glorias immortaes. Homero e Hesiodo não tiveram universidades, e nem todas as faculdades gravemente pedantes dos nossos dias, nem todas as Sorbonnas, nem todas as Oxfords e Werdelbergs, Salamancas e Coimbras escreveriam um trecho como o da morte de Heitor no assedio de Troia. O Tasso refugia sempre a escola forense, e mais o deliciavam e seduziam os cantos do Policiano, ou as lendas do Dante, do que as glosas de Bartholo e os commentarios de todos os doutores de Bolonha. Camões sabemos em que academia se graduou, e como defendeu theses contra mouros ás lançadas e aos pelouros.

Pobre, desvalido, sem carreira publica que lhe dêsse o pão de cada dia, Cervantes deixa a patria aos vinte e dous annos, e dirige-se á capital do mundo christão. A que foi a Roma não se sabe hoje dizer. Que motivos o determinaram, não ha monumento nem tradição donde o possâmos inferir. Parece provavel que saísse da patria a buscar a fortuna que lhe não sorria então pelas Hespanhas. Se em busca d'ella deixou o sólo natal, não se lhe mostrou ella mais fagueira entre os estranhos, porque o vemos servindo o pouco honorifico officio de camareiro de monsenhor Aquaviva, legado que por aquelles tempos fõra da Santa Sé junto da cõrte de Hespanha. Mais depressa se desgostou o poeta da sua condição pelo humilde do cargo, que pelo tenue dos rendimentos; o que é certo porém é que o vemos pouco depois alistar-se em um dos terços hespanhoes que então militavam na Italia, e assistir depois á jornada de Lepanto.

Tres feridas a deporem eloquentes os serviços e a bizarrria militar do soldado-poeta, os bons officios dos seus superiores, e as propicias recommendações e promessas de D. João de Austria, accenderam-lhe n'alma a esperanza de vêr um dia recompensados os seus serviços, affiançando-lhe porventura o comman-

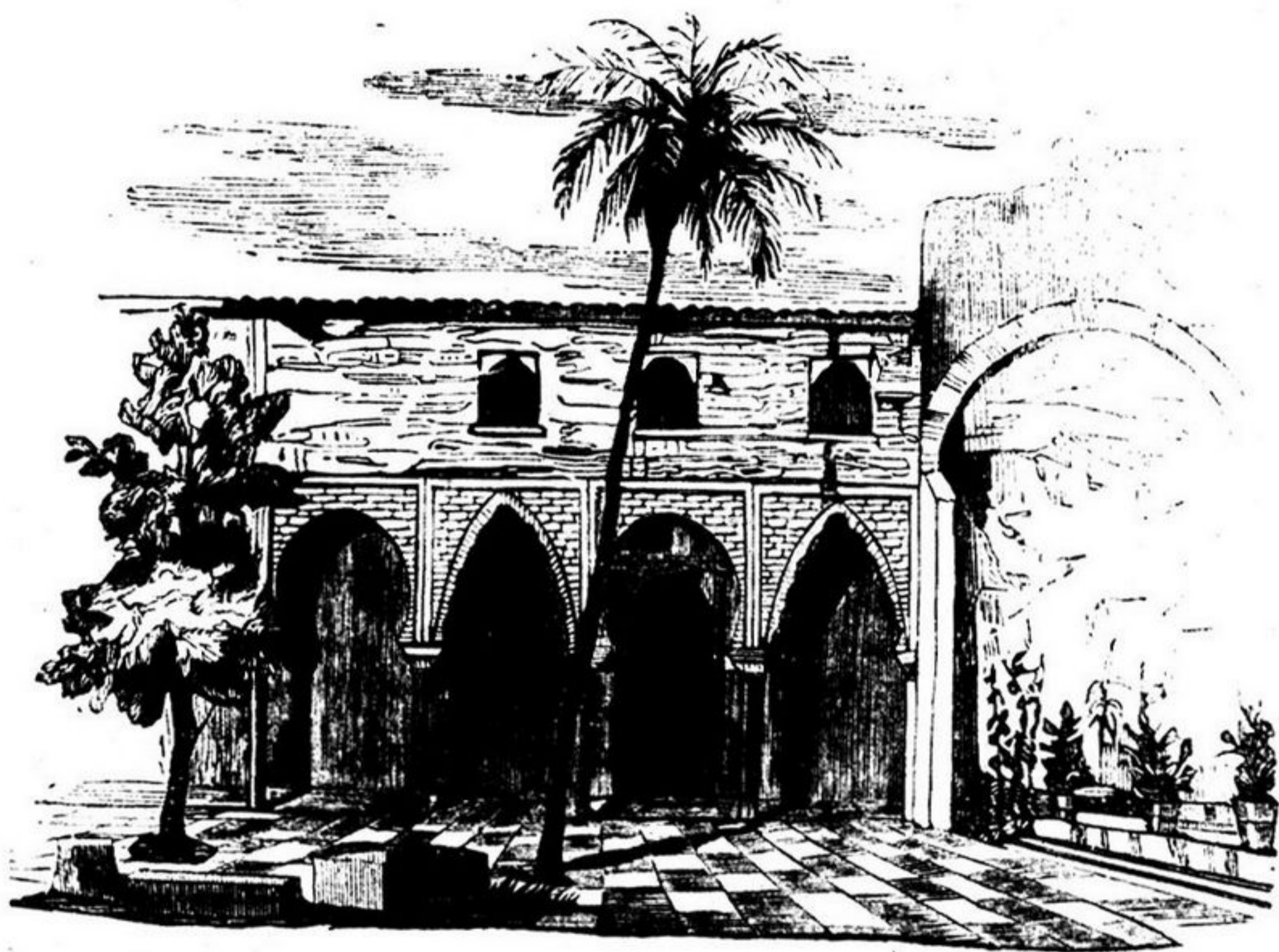
do de um terço de infantaria, e facilitando-lhe o acesso aos primeiros postos militares em tempos em que a guerra era para a Hespanha um elemento perpetuo de vida, e uma condição essencial de engrandecimento.

A fortuna tinha porém elegido a Cervantes para experimentar n'elle todos os revézes e todas as contrariedades romanescas de uma vida agitada e aventureira. Antes de lhe conceder a invenção de D. Quichote, antes de o investir na missão de romancista,

quizera fazer d'elle o heroe de uma novella, cheia de interesse, e entretecida de curiosas peripecias. O que havia de enriquecer a historia de D. Quichote com o episodio do *capitão captivo*, havia antes de esboçar as scenas, então vivas e frequentes, dos corsarios de Argel e de Tunes, aprender nos ferros mahometanos todas as amarguras do captiveiro.

(Continúa.)

J. M. LATINO COELHO.



CASAS ARABES DE CORDOVA.

N'UMA das cidades de Hespanha mais ricas em reliquias da dominação dos arabes, attendendo ao pouco que nos resta de um povo que por tanto tempo habitou na península, isto é, em Cordova, a populosa capital dos califas do occidente, só em duas casas se conservam signaes da construcção civil dos arabes, sendo realmente extraordinario que se tenham conservado até os nossos dias por espaço de seis seculos, sobrevivendo a tantos monumentos notaveis que têm pouco a pouco sido destruidos.

D'uma d'ellas existe apenas uma galeria sustentada por columnas de jaspe, com capiteis byzantinos, e sem pedestaes, da qual se passa a uma sala cuja porta é um arco primorosamente lavrado, com inscripções na parte interior, já quasi sumidas com as continuadas demãos de cal que têm levado. A outra, que é a que representa a nossa gravura, pertenceu a alguma familia principal, como se mostra das sumptuosas peças que ainda se conservam: são uma galeria e sala inferior, uma escada, mui bem decorada, que estabelece a communicação com o pavimento e galeria superior, da qual se passa a uma pequena quadra, cuja porta, em fórma de arco também, é semelhante a de baixo.

Estas construcções evidentemente arabes, observa o sr. Las Casas-Deza, da academia hespanhola de historia, provam não ser exacto em todo o ponto o que diz o sr. Tapia, na sua *historia da civilisação em*

*Hespanha*, quando assevera que os arabes não costumavam construir mais de um pavimento ou andar, «já para terem mais proximos os banhos, já para não subirem escadas, que não usavam, nem nos mais altos castellos:» o que facilmente se prova não ser verdade; assim com o exemplo das casas de Cordova, a que nos referimos, como com o de muitos castellos, edificados indubitavelmente sob a direcção de architectos arabes.

## ODIO VELHO NÃO CANÇA.

ROMANCE HISTORICO.

### CAPTULO XXI.

*Sangue por justiça!*

No meio do ruido, que esta exclamação repentina provocara, o bispo de Coimbra veio a achar-se ao lado do cego. Como dissemos no capitulo anterior, oromeiro, ou antes D. Alfonso o Lidador, buscava o rei, e estava perto dos degraus do throno. O prelado olhando para elle commoveu-se de contemplar a dor e a amargura estampadas no seu semblante.

O que observava, tudo o que o ar e os modos deixavam adivinhar, diziam muito mais do que a primeira vista indicava a humildade do traço.

Desde a sua mocidade D. Pedro ainda no estudo pueril conhecêra um pagem, aspero de genio, mas leal de coração; crescendo a intimidade do trato com os annos uniram-nos os laços de estreita amizade. O clérigo chegou a pôr a mitra na cabeça, e o pagem a cingir a espada de cavalleiro. Na côrte de Sancho I tinham ambos tido uma só vontade e uma só alma. Seis annos havia que se despediram. O rico-homem para o seu solar em Riba-Douro; o prelado para travar com o rei as luctas da igreja contra o poder monarchico. Depois não se viram, nem souberam um do outro nunca mais.

Apezar dos signaes de velhice precoce a figura do romeiro conservava alguns toques do homem audaz que o bispo tanto amára. E ora duvidava, ora chegava a acreditar, no que lhe vaticinava o coração. Não se podendo conter tocou-lhe no hombro, e quasi em segredo murmurou-lhe ao ouvido uma palavra, sabida d'elles só debaixo do céu.

O que passou então pelo peito do pobre cego devia ser atroz. Lagrimas como punhos saltaram-lhe pelos olhos; escapou-lhe o bordão; e um tremor nervoso estremeceu-lhe os membros. Feriam a unica fibra sensível d'aquelle coração.

— «Es tu, Affonso?!» exclamou o bispo suffocado. «Oh meu irmão, em que estado venho eu encontrar-te!»

— «Foram cinco annos, em que Deus accumulou um seculo de dôr. É uma pena como não se chorou no mundo ainda. Cinco annos de infamia, de saudade e de miseria, em que a sorte do escravo, comparada á minha, seria de deleites! Não o podes crer; ninguem acreditará, era preciso padecer-o para o crer. A' força de mágoas cheguei ao que vês, e ao que está dentro, e só eu sinto! . . .»

— «Mataram-te Affonso!» bradou o prelado enlaçando-o nos braços com profunda angustia.

— «Antes me matassem!» respondeu o Lidador com desalento.

— «Mas como foi? porque modo?»

— «Bispo D. Pedro,» exclamou o romeiro levantando a voz «não te chegues para mim. Não te contamines abraçando um servo. Sou um villão, um escravo de Lanhoso. Servo a quem os senhores queimaram os olhos para, semelhante á ave, os divertir com os suspiros do captiveiro.»

A estas palavras o rei, os cavalleiros e os prelados, que ouviam pasmados este dialogo singular sem o entender, recuaram com espanto. A dignidade que respiravam as fallas e os gestos do peregrino, o seu ar, as suas expressões, a propria amizade que existia entre elle e o bispo, eram de um cavalleiro de nobre linhagem. Como se podia accusar de ser escravo? Este mysterio despertou mais a curiosidade e o enleio. Todos se acotevellavam e se conchegavam para não perderem o menor som da estranha conversação.

— «Escravo, servo? Tu, um rico-homem?!» bradou o bispo no auge da admiração.

— «Eu, bispo D. Pedro! Fizeram-me assim, e vivi assim! Esta escuridão é peor do que estar deitado vivo na mortalha e sentir roer os vermes nas taboas do caixão. . . peor mil vezes! É não ter o corpo senão para padecer, e a alma senão para pasto dos remorsos, e da saudade, vendo pelos olhos do espirito a deshonra e o desprezo, e ouvindo a desesperação gritar de noite e dia — é sem remedio! Oh, Pedro, irmão, quem nos diria que para isto nos separavamos?!»

— «Animo, Affonso! Ás vezes Deus castiga os que mais ama. Tenhâmos fé e consolemo-nos com a esperança, de que os dias máus não hão-de durar sempre. . .»

O romeiro a estes confortos espirituaes respondeu com o riso nervoso, agudo e soluçado que faz estremecer, porque parte de um coração onde mora o desespero eterno.

— «Esperança! . . . Bispo D. Pedro, os meus dias contou-os Deus; nunca mais tornarei a vêr o sol. . . olha bem para mim; a vista apagou-se para sempre.»

— «Não póde ser. Cego?! . . .»

— «Cego! Não t'o disse? Bispo D. Pedro, os infelizes costumam augmentar as dôres para que lh'as lastimem. As minhas são taes que nem referil-as sei. Um cego, escravo e fraco, eis o que resta do antigo cavalleiro. O que não daria eu para tornar a vêr o céu, as estrellas, e as arvores que toldam o rio, perto da casa em que nasci; e aonde,» acrescentou suspirando, «aonde não posso ir morrer!»

— «Cegaram-te nas guerras da fronteira?»

— «Ceguei no peccado, padre! Foi Deus pela mão de um traidor. Bispo D. Pedro, não te disse que era servo de Lanhoso? Cuidas que n'este estado zombo com a desgraça? Vê bem. Ha aqui duas palavras gravadas com ferro em braza. Lê-as! Os annos não as desvaneceram. Não vejo, mas sinto. Queimam dentro!»

O bispo de Coimbra uniu o rosto ao do amigo, e no sulco purpureo, cravado na fronte, lêu distinctamente: «Escravo de Lanhoso!»

— «Já sei, Affonso!» exclamou elle recuando com horror. «Entendo agora! Has-de ser vingado meu irmão; pela hostia sacro-santa que has-de sel-o! Se te negassem justiça, se em Portugal houvesse cavalleiros que soffressem isto sem tirar a espada, em Santa Cruz guarda-se a cervilheira e o capello do prior D. Theotónio, e á Sé de Coimbra não faltam homens d'armas. . . É crime que brada ao céu! Temos rei, temos cavalleiros para castigar uma villania. . .»

E apertava com ancia o malaventurado amigo, correndo em redor os olhos, aonde fuzilava terrivel cholera. Um susurro cada vez mais forte saía d'entre o maciço tropel dos senhores que o cercavam, e ao appellar para a vindicta da espada o bispo ouviu com satisfação tinir o ferro de muitas, meio desembainhadas n'um repellão de ira. O proprio Affonso II, que até ali observava silencioso, apertou com força o punho da adaga, e carregando o sobrolho, (gesto mui frequente quando a raiva o dominava) parecia que lançava faíscas de fogo pelos olhos. Estendendo o braço, então o principe virou-se vagarosamente para o prelado, e disse:

— «Bispo D. Pedro, o rei de Portugal foi hoje ungido para fazer justiça. Esse romeiro que diga quem é; e peão, ou cavalleiro, se lhe fizerem affronta, o castigo será igual. Deixae a cervilheira do prior D. Theotónio, e os homens d'armas da Sé, para quando vos convocarmos para a frontaria. . .»

— «Tarde será!» rosnou um dos velhos guerreiros de seu pae.

— «Para punir um crime,» proseguiu o rei sem ouvir esta ejaculação, «basta eu, e só a mim pertence. Ninguem mais tem esse direito.»

O bispo, que no tempo de Sancho I aprendêra a conhecer que o braço do rei quando fere é como a garra de leão, conteve-se, e respondeu com uma vnia silenciosa a esta especie de cartel. O murmúrio desaprovador levantado entre os outros ecclesiasticos, e entre muitos barões, advertiu porém o no-

vo monarcha de que a occasião era mal escolhida para o seu manifesto.

— « Senhor rei, » disse D. Pedro decorridos alguns instantes, em que fallou em segredo com o romeiro, « sabeis quem é este velho, cego e quebrado de corpo? »

— « Não! Dizei-o vós. »

Todos se inclinaram para ouvir a resposta.

— « Silencio! » bradou o peregrino.

— « É... foi o mancebo que na mina de Silves aparou um golpe d'acha que ia para vosso pae. Este romeiro, chama-se Affonso Viegas, o Lidador! »

— « D. Affonso! » gritaram o rei e todos com espanto. « D. Affonso, este velho! » exclamava o principe com assombro.

— « Fizeram d'elle um cadaver, » proseguiu o prelado cuja voz tremula e vibrante saía do intimo. « O fogoso cavalleiro que no galope do cavallo estremece a fronteira arabe chegou a não se poder arrastar nos pés, a suspirar pela morte! — Vingança, justiça, senhor rei! Pegoa-a eu, pede-a elle, nós todos a queremos contra o aleivoso que cegou e fez escravo um rico-homem portuguez! »

— « Todos! Já! » exclamaram os cavalleiros e clérigos a um tempo. O rei acenou que se aquietassem, e esperou que D. Pedro nomeasse o culpado.

— « Foi Martim Paes de Lanhoso o villão que tal fez! » concluiu o bispo.

Apenas proferiu este nome rebentou uma terrivel explosão de vozes e gritos. Ao odio que excitara como valido juntava-se agora o horror de uma acção, que excedia em ferocidade as barbaras tradições dos filhos do seculo 12.<sup>o</sup> Nunca aos que ali estavam occorreu que um christão e um cavalleiro ousasse imprimir o desprezo, assim publicamente na face da nobreza do reino. O rei, ouvindo accusar um homem que detestava, fez-se pallido, e trincou os beiços a ponto de lhe espirrar o sangue. Era signal de tempestade.

— « Fallae, D. Affonso, » disse elle, « fallae desasombrado. O rei de Portugal ha-de ser rei. Por alma de meu pae! A divida será paga com usura. »

Dizendo isto o rosto de Affonso II tomou uma expressão quasi feroz, e atimou-se de um sorriso, que involuntariamente comprimiu o peito a quantos o notaram.

— « Não peço justiça para mim, senhor rei. Não a preciso. Sou um escravo, e nada mais. »

— « A que vindes pois? » atalhou o principe com impaciencia.

— « A pedir justiça para outro. A mim, depois d'ella feita, basta-me este habito e uma cova na terra sagrada do Jordão... se lá chegar! »

— « Não importa. Qualquer que seja a supplica, se estiver no poder do homem ou do rei, será cumprida. »

— « É palavra de rei, senhor; e os reis não mentem. Ha pouco do alto d'aquelle throno, diante de Deus vivo, jurastes guardar justiça. Neto d'Affonso Henriques, vingança contra um traidor; vingança para o sangue que é meu sangue! »

— « Contra quem?... »

— « D. Affonso de Portugal, » bradou o romeiro, « aonde está o alferes do rei? Porque faltou á festa da coroação? »

O rei assustado deu tres passos, e travando do braço a D. Affonso, gritou com ancia:

— « Devia estar!... O que lhe succedeu? »

— « Os deveres de Gomes Lourenço estão acabados. Tomae outro alferes. Aquelle não torna a levar a bandeira real. »

— « Morreu?! » exclamou o principe com um gemido abafado.

— « Mataram-no! » redarguiu o cego em tom frio e cortante, que doia nas entranhas. « Vêde! »

Neste momento entravam alguns homens-d'armas cobertos de pó, trazendo nas andas o ataude que, pousando no adro da Sé, motivára o borbúrinho do povo.

A um aceno o donzel que o fôra buscar, ergueu os pannos de dó e abriu o caixão. Apareceu então o cadaver destroncado do mancebo.

— « Aqui vos trago o que resta de Gomes Lourenço! » bradou o Lidador em alta voz.

Naquelle instante um monge de Cister depunha nas mãos do monarcha o pergaminho firmado pelo seu alferes pouco antes de expirar.

O medonho silencio, que se seguiu ao lastimoso espectáculo, fez tremer os mais ousados. Tinham todos os olhos no rei, e ninguem se atrevia a respirar diante da dôr, que se pintava no seu rosto demudado. Assim illuminadas pela raiva e pela mágoa, as feições do principe recordavam as de Sancho I, quando as paixões rugiam, fulminando em redor quanto se antepunha á sua colera.

Affonso II tentou conter-se, mas não pôde. O golpe repentino foi mais forte do que a energia da vontade. Deixando-se descaír nos degraus do throno, com os punhos na frente e o pergaminho em cima dos joelhos, soluçava lendo as ultimas e solemnes palavras do amigo da sua infancia. Em volta o silencio era mortal.

Acabada a leitura tornou a repetil-a. Não podia tirar a vista do pergaminho.

Sincera, incisiva e funda a pena entranhava-se, como o odio e a ira, na alma do filho de Sancho I.

Debruçado o cego escutava com ancia o som entrecortado dos soluços, embebendo no coração aquella mágoa e aquelles prantos.

— « Sois rei! » disse elle depois, « e ao rei é que peço justiça. Foi o filho de meu irmão. »

D. Affonso não respondia.

— « Rei de Portugal, mataram o amigo do infante D. Affonso! »

Então erguendo-se com impeto, convulso, livido, o principe correu a vista scintillante pelos que o cercavam, como se procurasse a victima.

— « Justiça, sim! » exclamou com furor. « Padre, rico-homem, irmão que fosse não perdoava! Não sabeis quem foi o traidor, o verdugo? » bradou aos que o rodeavam petrificados. « A serpente de Lanhoso mordeu na mão que a poupava. Martim Paes, por alma de minha mãe, te juro não descangar em quanto houver sangue nas tuas veias, e resto de torre ou de ameia no teu solar. D. Affonso, como aconteceu isto? Vistes, ou ouvistes contar? »

Sem esperar mais o Lidador, narrando brevemente os tratos, que lhe tinham dado, entrou na historia dos amores de seu sobrinho com Maria Paes. A traição d'ella, a torpeza de D. Nuno, e a vingança do irmão, pintadas com viveza, arrancaram gritos de horror e de espanto a todos. O rei com o punho cerrado, chammejando-lhe a ira nos olhos, ora escutava em silencio, ora interrompia o fio da narração voltando-se para os nobres e prelados:

— « Era mais que irmão, bispo D. Pedro! » dizia elle « Perdi o amigo com que me creei, reverendo arcebispo! Hei-de vingal-o, Sueiro Raimundo! »

Quando terminou a historia do romeiro o monarcha respirando alto, como quem sentia o peito oppresso, em voz stridente exclamou, voltando-se para o notario da curia.

— « Juliano! Que ninguem dê amparo ou socorro a Martim Paes. Sejam malditas a casa aonde nasceu e a terra que empegonhar com o sangue.

Morra como traidor. Que o persigam á espada nos valles, e á sétta nos montes. Agua, sal e fogo, quem lh'os der seja rebelde. Lavrae uma carta para os alvazís e pretores dos nossos concelhos. É o inimigo do rei, Juliano!"

— "Será feito o que manda el-rei," acudiu o notario ou chanceller Juliano, inclinando-se.

— "Agora o meu cavallo e o meu capello d'ago. De hoje a seis dias serão os festejos da alcaçova. Cavalheiros de Além-Douro, ricos-homens e cavalleiros de concelho, ha entre vós quem se negue a acompanhar o rei á caça de um lobo cerval?"

— "Nenhum! Iremos todos!"

— "Sejam vinte. Os mais bem montados. D. Affonso Viegas, por onde foge o traidor?"

— "Leva o caminho do Porto. Tenta metter-se em Galliza."

— "Nem no altar de Santiago!... Vamos, senhores. A galope!"

E saíndo impetuosamente cavalgou diante do adro, e com muitos nobres e alguns cavalleiros do concelho de Coimbra, chamados n'esta epocha cavalleiros villões, despediu a bom correr.

— "Vêde-me o rei moço com que ardor se leva; a corôa faz milagres!" murmurou o arcebispo com um sorriso ao ouvido do bispo do Porto, Martinho Rodrigues.

— "Este ha-de fugir aos mouros; mas entre as ovelhas de Christo será leão. É o que vos digo. Agora afaga a igreja para se desembaraçar dos irmãos. Depois d'elles virá a nossa vez.

— "E se vier... veremos!"

— "Pelo menos encontrará em Martinho Rodrigues o mesmo homem. D. Sancho era mais para temer do que este rei-mulher... que não tem espada."

— "Cuidado com a rapoza!" acudiu o arcebispo, apontando para o notario Juliano.

— "Faz-se morta. É enterral-a antes que salte."

Em quanto os dois reverendos padres em Christo assim depositavam um no seio do outro estas reflexões caridosas, o bispo de Coimbra e o Lidador tinham ficado quasi sós debaixo das arcarias baixas do templo.

— "Affonso, o que farás agora?" perguntou com anciedade o prelado.

— "Vou morrer á Terra Santa."

— "Tu!"

— "Eu. Não pedi vingança, porque a tomei por minhas mãos. Fizeram de mim uma mulher, vinguei-me como ellas."

— "Não permitta Deus que ensopasses em sangue innocente as tuas mãos!" exclamou D. Pedro, recuando assustado pela expressão de rosto doromeiro.

— "Na raga maldita não ha innocentes," atalhou este sombrio. "A vibora nascida hontem é venenosa como a velha."

— "Fazes-me tremer. Em nome de Deus, dize-me que não mataste nenhuma creatura fraca?"

— "E se matasse, Pedro? Posso-te afirmar que duas d'aquellas viboras já não mordem. O castello de Santa Olaia está em cinzas. É á excepção de Maria Paes, de seu irmão, e de D. Nuno, ninguem escapou. Era sua mãe entrevada, era seu filho no berço. Agora saberão se custa perder a quem se ama!"

— "Jesus! Que mal fez uma creança; em que peccou uma velha que não sabia..."

— "Que ía morrer? É verdade! Mas ali correu o sangue dos meus e devia correr o sangue d'elles. Estamos quites."

— "Deus, pelas dôres da cruz, se compadeça de ti e te perdoe, Affonso."

— "Abençoa-me, Pedro... Não sei se o santo prelado pôde absolver o peccador que não se arrepende; mas o amigo pôde e deve abraçar o amigo que parte para não voltar."

— "Adeus para sempre! A luz da graça desça sobre ti, e alegre as trevas do teu espirito! Affonso, meu irmão, adeus até... quando Deus nos chamar a ambos."

— "Ao entrar na terra do desterro o peregrino só pôde dizer-te — oxalá que não chores as lagrimas que eu chorei, nem comas do pão de amargura que eu como... Irmão, até ao dia de juizo!"

O bispo suffocado estendeu-lhe silenciosamente a mão como se elle a pudesse vêr, descendo até ao portal, donde o viu desaparecer encostado ao braço do donzel.

O coração dizia-lhe que fôra a ultima despedida; e foi. O romeiro não voltou.

(Continúa.)

#### ESTUDOS SOBRE A GUINÉ DE CABO VERDE.

#### IV.

*A aldêa dos grumetes. — Um bocado de historia. — Que gente é esta? — A correição. — D. Fr. Victoriano Portuense, e o convento de Bissau. — Da verdade á historia que distancia haverá?*

Não se sabe o tempo que estes missionarios se demoraram; mas sabe-se que depois de se retirarem, ou de morrerem, continuou a ilha ainda por alguns annos a ser visitada por missionarios, e n'uma d'estas visitas se converteu á religião christã o rei dos Bissaus, que se baptizou, e com elle um grande numero de pessoas, motivo pelo qual se fizeram muitas festas e regosijos. Desde então a população cresceu tanto, que se lhe poz para a governar um capitão mandante, que era sujeito ao capitão-mór de Cacheu. Era isto pelo anno de 1598, quando governava a capitania Francisco Lobo da Gama, e que a villa da Praia foi atacada pelos hollandezes.

Ouvida esta narração perguntei eu se este rei era um chamado Becompolo-Có, de que tratava um livro que fui buscar, pois o tinha trazido comigo pelas informações que dava de Guiné, as quaes eu queria verificar. Não me souberam responder; parecia-lhes porém que não, porque esse nome não era papel.

Para mim não era duvidoso que esta conversão não tinha tido lugar na epocha, em que o auctor da obra, a que me refiro, a collocava; porque dizendo-se que fôra em 1696, e sendo a esse tempo a ilha de Bissau governada por tres reis, nenhum d'elles tinha aquelle nome; chamavam-se Incinhate, Azinha, e Torre, ou, como dizem os papeis, Touro Batava, isso para mostrar que, n'essa parte ao menos, a narração peccava por inexacta, ou por um anachronismo. Podia ainda ser que houvesse um quarto rei; mas além de que, se assim fosse, havia de constar dos mesmos documentos officiaes por onde se sabe da existencia d'aquelles tres, havia ainda a notar que o senhor do chão onde a fortaleza se construiu era o rei Incinhate.

No livro que fui buscar, e que lhes li, dizia-se: que o filho primogenito d'este Becompolo-Có viera a Lisboa, onde fôra baptizado na capella real: que na volta para o seu paiz fôra acompanhado de 15 frades, que foram para Bissau com presentes e cartas ao rei, e tambem fundos para restaurar a igreja, que

era de barro coberta de palha: o que tudo tivera logar no anno de 1696, epocha em que D. Pedro II mandou para aquella ilha artilheria, munições, e um governador com ordem de construir uma fortaleza e alfandega. Que o bispo D. Fr. Victoriano Portuense mandou para Bissau alguns missionarios, por terem os portuguezes começado a affluir a Bissau, e que esses fizeram uma igreja, que erigiram em matriz: e finalmente que os resultados d'essa missão foram taes, que no anno seguinte (1697) já havia mais de 1:800 christãos, numero que foi crescendo, pelo que o bispo mandou para lá um vigario capitular, indo n'aquella occasião um conego da sé por vigario e parcho.

Todos se sorriram ouvindo esta leitura: eis ahi como se escreve em Portugal sobre as nossas cousas, disseram elles. E é verdade; nós sabemos tanto de nós mesmos, do que nos pertence, como poderemos saber da Tartaria.

Se os frades mandados pelo bispo D. Fr. Victoriano como missionarios chegaram a Bissau em 1696, como é que os quinze frades que D. Pedro II mandou, n'esse mesmo anno, levavam fundos para restaurar a igreja, que era de barro! Pois em menos de um anno se edificou a igreja, e já em Portugal se sabia que precisava de ser restaurada? e que igreja era esta que os religiosos serviam? a parochial foi construida pelo bispo depois de 1698, como logo se verá; a do convento? diz este mesmo escriptor, n'outra parte, que o convento fôra construido por este bispo!

Ninguem sabia d'estes quinze frades mandados de Lisboa para Bissau no mesmo anno em que chegavam missionarios (não se diz quantos) que iam da ilha de Santiago; e este acontecimento de tantos religiosos não podia esquecer, quando outros de menor importancia, na apparencia, se transmittiram de paes a filhos.

Além d'isso não foi em 1696 que el-rei D. Pedro II mandou governador, artilheria e munições, e ordem para se construir uma fortaleza, e alfandega em Bissau; a ordem pela qual determinou que se continuassem as obras da fortaleza é de março de 1692; e da mesma data é a nomeação do capitão-mór, que foi José Pinheiro, e do feitor da alfandega, que foi Feliciano de Oliveira; e no anno seguinte é que saiu a expedição com os operarios, artilheria e munições, e mais: «um alferes-tenente da fortaleza, um ajudante, um sargento, tres cabos d'esquadra, quarenta soldados, e um atambor.» Em 1696 (17 de março) o que se fez foi dar ao capitão-mór as attribuições de ouvidor com jurisdicção até cinco leguas, e fixar-lhe a competencia.

Ora, fazendo-se no alvará de 1692 menção de que com estas obras se satisfaziam os rogos do rei de Bissau, que as pedia para defensa de seus vassallos, a quem os estrangeiros iam fazer vexame, a pretexto de negociarem; não é de presumir que deixasse de referir-se á conversão do filho do rei de Bissau, e seu baptismo em Lisboa, sendo cousa tão importante, pois que na previsão do auctor a que alludo, era ella que tinha dado causa ás novas construcções que se iam fazer.

O silencio a este respeito não pôde explicar-se por um esquecimento, que é muito improvavel para que se possa admittil-o. O que de tudo isto concluo é que houve aqui grande confusão nas datas.

(Continúa.)

J. M. DE SOUSA MONTEIRO.

#### MOLESTIA DAS VINHAS (1).

*Emprego vantajoso da flôr de enxofre e da cal.* — Um intelligente lavrador de Alemquer, o sr. Emilio Lauret, experimentou, para destruir a molestia das vinhas, a seguinte receita, de que colheu optimos resultados:

«Para 3:000 cepas de vinha são precisos 3 arrateis de flôr de enxofre e o mesmo volume de cal, caldeada de fresco. Misturem-se bem, juntando pouco a pouco a agua, até fazerem umas papas grossas. Põem-se a ferver em vasos de barro vidrado, durante 10 minutos em 4 canadas d'agua, mechendo sempre. Depois de frias deitam-se em 16 almudes d'agua pura. Cada vez que se tira deve-se mecher a mistura.

«Dous homens munidos de vassouras pequenas (com preferencia de ramos de cyprestes) e de um balde contendo o liquido, vão borrifando as folhas e os lançamentos soblevando as varas, porque o mal quasi sempre apparece na superficie inferior. É preciso repetir a operação duas vezes antes da florescencia, e outra depois do cacho formado.

«Estas duas operações bastam para destruir o mal; mas sempre será bom observar, se acaso o *oidium* apparece de novo, porque na nascença destroe-se facilmente.»

O sr. E. Lauret calcula a despeza para 3:000 pés de cepa do seguinte modo:

Dous homens a 200 réis, termo medio. . . .	400
Tres arrateis de enxofre, a 100 réis. . . . .	300
Lenha, agua, vassouras e cal. . . . .	75
	775

*Cura das cepas affectadas, pelo fumo do alcatrão.* — Um proprietario de Verona teve occasião de observar que algumas videiras, profundamente atacadas pela doença reinante, e que estavam situadas na proximidade de um tanque, haviam recuperado de subito um vigor assombroso depois que o tanque foi rebocado com asfalto.

Concluiu d'aqui que era á combustão do alcatrão, base do asfalto, que devia o ter operado essa curapasmosa. Apressou-se, portanto, a tomar uma bacia, metter-lhe carvões ateados, e alguns bocados de lenha para manter o fogo; depois vasou na bacia algumas colheres de alcatrão liquido, como o que provém das officinas de manipulação do gaz; e o alcatrão, caindo nos carvões inflamados, ardeu, produzindo um fumo que subia envolvendo toda a ramagem das cepas. Repetida muitas vezes a operação, deu sempre o mais completo e satisfactorio resultado, que podia desejar-se.

— Escolhe para esposa mulher, que seja docil, prudente, activa e honesta, embora não seja nobre, nem rica, nem bella.

— Espirito illustrado e coração corrompido são como a belleza prostituida.

M. CARVALHO — APHORISMOS.

(1) Esperamos poder publicar brevemente um trabalho completo sobre a molestia das vinhas, elaborado por um professor do Instituto agricola; entretanto, porém, continuaremos a publicar, no interesse dos nossos assignantes proprietarios de vinhas, o que acharmos de mais importante a similhante respeito, nas folhas nacionaes e estrangeiras.